

SESSÕES DO PLENÁRIO

107ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de outubro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ROBERTO CARLOS (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Raimundo e Zó.(58)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Zé Raimundo comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 09/09/2015.

Do Deputado Robinho comunicando que, devido a compromissos

assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 28/09/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões: 12ª extraordinária, realizada em 30/09/15; especiais – 46ª, realizada em 17/09/15, 53ª, realizada em 01/10/15, 57ª e 58ª, ambas realizadas em 15/10/15, 59ª e 62ª, realizadas, respectivamente, em 16 e 22/10/15; 101ª ordinária, realizada em 14/10/15.

Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Pequeno Expediente.(**Oradores inscritos**)

Com a palavra o deputado Eduardo Salles pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, venho hoje falar de um assunto que considero de enorme relevância para o Estado da Bahia e para o Brasil.

V.Exªs sabem, colegas deputados, que hoje a Lei de Responsabilidade Fiscal do nosso País obriga que o índice de pessoal seja de 54%. Ou seja, coloca um índice de pessoal limite de 54%. O que é que tem acontecido? Essa Lei de Responsabilidade Fiscal foi promulgada há 15 anos, e de 15 anos para cá uma série de responsabilidades, de programas sociais importantes do governo federal foram inseridos no dia a dia das prefeituras. Nós temos uma série de programas sociais importantíssimos, programas de saúde, como o PSF, o CRAS, vários programas que não só as prefeituras como a população não abrem mão.

O que aconteceu? Ao longo desse caminho os índices foram subindo e as receitas caindo na maioria dos municípios, e hoje os prefeitos, na maioria dos 417 municípios da Bahia – e não só o Estado da Bahia, mas o Brasil como um todo – paga muito caro por isso. E, Sr. Presidente, deputado Roberto Carlos, hoje a expectativa é de que, se nada for feito, mais de 80% das prefeituras da Bahia terão suas contas rejeitadas em função do índice de pessoal.

Ontem, o prefeito de Ilhéus, Jabes Ribeiro, foi fazer a sua própria defesa e teve as contas rejeitadas, somente pela questão de pessoal. Foi dito pelo conselheiro que o único problema foi a questão de pessoal. Ele recebeu a prefeitura de Ilhéus com mais de 70% de comprometimento com pessoal. Abaixou esse índice, como o próprio conselheiro disse, para 63% – quer dizer, foi de mais de 70% para 63% –, e mesmo assim teve as suas contas rejeitadas ontem.

Isso aconteceu com o prefeito Jabes, de Ilhéus. Mas vai acontecer com a maioria dos prefeitos da Bahia e a maioria dos prefeitos do Brasil.

Alguma coisa tem que ser feita. Claro que esta Casa não vai ser a responsável por fazer isso. O deputado Roberto Brito, do meu partido, tem colocado em regime de urgência o substitutivo que permite que esses programas federais agregados à Lei de

Responsabilidade Fiscal também coloquem os 54% desse como computados. Então, qual é substitutivo colocado pelo deputado federal Roberto Brito?

É que, simplesmente, desses programas sociais, 54% deles sejam colocados, imputados para as prefeituras e os outros 46 seriam liberados. Então, isso em nada danifica a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal. E venho colocar para vocês, colegas, que sou totalmente contra a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios.

De forma alguma eu acho correto extinguir o Tribunal de Contas dos Municípios. Mas digo a vocês com tranquilidade: é importante que os conselheiros do TCM do Estado da Bahia, até que seja votado essa urgência urgentíssima para esse substitutivo do deputado Roberto Brito, tenham a sensibilidade da flexibilização desse conceito da responsabilidade fiscal, porque, caso contrário, vamos inviabilizar mais de 80% das prefeituras, dos prefeitos da Bahia.

Muitas vezes parece para o cidadão comum que as contas do prefeito foram rejeitadas porque aquele prefeito é ladrão, que aquele ladrão não honrou, não fez o que era para fazer com o município. Ao contrário, volto a citar o caso do prefeito de Ilhéus, que recebeu uma terra arrasada, uma terra de ninguém, que tinha mais de 70% comprometido com pessoal, Sr. Presidente, e ele consegue abaixar para 63%, mesmo com a queda da receita.

Agora, para chegar ao índice de 54%, ele tem que demitir 1.500 pessoas. Já foi feito um esforço hercúleo para poder abaixar para 63%. Então, isso é um absurdo tremendo. Aí, sim, peço a sensibilidade desses conselheiros. Na minha visão, não cabe de forma alguma esta Casa colocar a questão de fechar o Tribunal de Contas dos Municípios. Mas cabe, sim, a esta Casa sensibilizar esses conselheiros para que eles tenham um parâmetro pelo menos de transição, e assim quem fez o esforço, quem correu atrás para reduzir seu índice de pessoal, que ele tenha um atenuante, que ele tenha uma condição, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDFENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. EDUARDO SALLES:- (...) de não ser punido, pois fica parecendo para a população do município que aquele prefeito é ladrão, que aquele prefeito é corrupto. Não é nada disso, Sr. Presidente.

Então, eu preciso do apoio de vocês, colegas deputados, para que nós todos façamos um ato de sensibilização dos nossos conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios, para que esse índice de pessoal seja, pelo menos, atenuado, sem de forma alguma querer descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente e colegas deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado e amigo Fábio Souto pelo tempo de até 5 minutos. Se V.Ex^a precisar de uma prorrogaçãozinha, esta Mesa é flexível e V.Ex^a tem todo o direito.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Eu agradeço, Sr. Presidente Roberto Carlos,

cumprimento pela acolhida, Srs. Deputados, Imprensa, vou iniciar nosso pronunciamento falando sobre o índice do déficit anunciado, ontem, pelo governo federal. Um valor de R\$ 51,8 bilhões, que vamos ter de déficit no de 2015.

Quando o governo tem um déficit, deputado Luciano, o que ele faz? Ele vai produzir títulos, vender títulos. Obviamente, num momento desses, com juros muito mais altos do que foram vendidos no passado para efetivamente produzir dinheiro e fechar as contas do governo federal. O que isso ocasiona? Que ano que vem logicamente nossa dívida pública será maior e vamos pagar mais juros, ou seja, os juros do serviço da dívida do ano que vem serão maiores.

Ouvi aqui a fala do deputado Eduardo e considero a mais pura realidade do que vai acontecer. As dificuldades dos prefeitos da Bahia e do Brasil só piorarão. Os prefeitos, como o deputado falou aqui, terão dificuldades em pagar a folha e o décimo terceiro salário. E não tenho dúvidas de que o que foi falado por Eduardo e, agora, por mim, ano que vem as coisas serão piores.

As arrecadações das prefeituras são muito em cima do IPI, do Imposto de Renda. Lógico que não é novidade para ninguém que o país atravessa uma grave crise e que essa crise, mesmo não desejando que isso aconteça, ano que vem será a continuação de uma das maiores crises que o Brasil já assistiu.

A situação das prefeituras está intrinsecamente ligada à atividade econômica do país. Quando observamos a indústria cair, os serviços, o comércio, obviamente percebemos que é uma situação que se reflete nas prefeituras e nos governos. E é isso que estamos observando com muita clareza, as dificuldades dos estados, as dificuldades dos municípios de honrarem seus pagamentos.

O que queria dizer, deputado Luciano, que sob hipótese nenhuma poderemos colocar em risco aqui uma das maiores leis que já foram feitas neste país, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa lei é um patrimônio do Brasil, dos estados, que temos que resguardar de todas as formas. Temos que lutar para que o país saia dessa situação. Observamos, hoje, em Brasília, o presidente da Câmara lutando para manter o mandato dele, a presidente da República lutando para não receber o impeachment. Enquanto tudo isso ocorre, marcado por escândalos, nossa economia fica de lado e desce ladeira abaixo.

Se não recuperarmos a nossa economia, a situação das prefeituras não melhorarão. Não adianta nós sonharmos que a situação melhorará por um passe de mágica, termos que efetivamente lutar para que o país saia do fundo do poço onde está a sua economia. E, como disse, temos que lutar para preservar esse patrimônio do nosso país, fruto de uma luta muito grande, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Queria colocar essas questões e dizer da nossa preocupação em relação à situação das prefeituras da Bahia...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) A cada dia que conversamos com os prefeitos, ficamos tristes com a

situação que está acontecendo e, com certeza, se agravará no futuro.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Neste momento, passo a presidência para a nobre deputada Luiza Maia para que eu possa me pronunciar por 5 minutos.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Com a palavra o deputado Carlos Ubaldino pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS UBALDINO:- Companheiros deputados e deputadas, amigos da Taquigrafia, amigos das Galerias Paulo Jackson, nesta tarde memorável de 28 de outubro de 2015, estamos aqui para tratar de assuntos de grande importância concernentes ao Estado da Bahia.

Vale a pena salientar que, na semana passada, durante alguns minutos, fiz um pronunciamento neste Parlamento a respeito do projeto que proíbe a divulgação antecipada de ações da Polícia Militar, Civil. E parece que já percebo que o alarido de sirenes que acontecia na Paralela... Sou de acordo que as viaturas, ao abrirem caminho na Paralela, estejam com as suas sirenes ligadas, mas quando se aproximarem do lugar do crime, do sequestro, do roubo, creio que é prudente se aproximarem com sabedoria e com as sirenes desligadas, caso contrário estarão dizendo aos criminosos: Fugam, estamos chegando. Podem correr, e assim sucessivamente. E na sociedade em que for anunciado que no dia seguinte haverá uma varredura conjunta das Polícias Civil e Militar, os ladrões que não fugirem vão estar entrincheirados com armas pesadas para o confronto e as nossas famílias estarão em estado de choque. Isso não é justo.

Srs. Deputados, tenho certeza de que esse projeto que está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça contará com o bom senso dos meus pares nesta Casa.

Não sou a favor de um dispositivo que existe no celular anunciando que mais a frente, na pista tal, na rodovia, na avenida, está tendo blitz, a polícia está fazendo blitz ali. E quem vai levando droga, quem vai fugindo do crime, que vai dirigindo bêbado, vai-se dirigir por outro caminho porque ele sabe que não pode passar ali.

Temos outro projeto que entrou em tramitação nesta Casa, neste dia. O futuro do país na educação; casa de pai, escola de filho. Se nós queremos ver os nossos filhos no bem, temos que passar para ele a doutrina do bem. E as escolas estão sofrendo momentos cruciantes. A droga, meu amigo Bobô, imperando. Então por que só se combater as drogas com o cassetete, com a cadeia, com a polícia? Estamos errados.

Então eu exijo no meu projeto que seja incluído na grade curricular, dentro das escolas públicas e privadas, o verdadeiro ensino combatendo o uso das drogas, mostrando aos nossos filhos o que é certo e o que é errado. Pelo menos a consciência do secretário do Estado, dos professores, dos diretores da escola, no futuro, vão estar

tranquilas, porque eles fizeram a sua parte. Então, Srs. Deputados, são projetos de grande relevância que vêm contribuir para o futuro da nossa sociedade.

Encerrando a minha sucinta saudação, temos outro projeto aqui, meu querido Herzem, que fala a respeito de pessoas que foram acometidas por acidente. Quem é acidentado não espera passar por esse acontecimento trágico naquele momento. Mergulhado no sangue e na agonia, a tendência de quem foi acidentado é procurar o hospital mais próximo, seja privado ou público. Quando chega no hospital privado, a primeira coisa que ouve é a pergunta sobre qual o seu plano de saúde. Mas, quando o médico faz o seu juramento, ele diz: pela minha vida prometo salvar a vida do meu semelhante. Então, o projeto exige que sejam dados os primeiros socorros e seja encaminhado onde de direito, assim, estaremos considerando a vida acima do dinheiro.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS UBALDINO:- Concluindo a minha sucinta saudação, aqui fica o meu apreço e o meu abraço para V.Ex^{as}.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Passo a palavra, agora, para o deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Deputada Luiza Maia, que ora preside esta sessão, queria registrar o que aconteceu ontem no Congresso Nacional, a ofensiva conservadora, reacionária, nunca vista na história deste país desde 1964. Aqui se falou muito dos erros do Partido dos Trabalhadores. Na verdade, essa é uma cortina de fumaça, usa-se os erros justamente para combater os acertos. Ali, antes que a Justiça dê cabo do presidente da Casa, acerte com ele os crimes cometidos, acelera uma das pautas mais retrógradas que pode acontecer para a sociedade brasileira.

Ali, ontem, uma comissão especial aprovou, com a saída dos partidos progressistas, a PEC 215. O que significa essa PEC? Transferir a demarcação de terras indígenas para o Congresso Nacional, rever as que já foram demarcadas, rever a demarcação de terras, numa reparação histórica que este país deve aos negros que aqui viveram 350 anos na escravidão. Essa é a pauta que a burguesia brasileira quer aproveitar a crise para destruir direitos trabalhistas, direitos do povo brasileiro, uma pauta fundamentalista. É para isso que a sociedade tem que abrir o olho. O Partido dos Trabalhadores, como um partido de esquerda, também passará o seu ciclo, como viveu o PTB e outros partidos deste país. Mas, com certeza, uma pauta como essa destrói direitos construídos na Constituição de 1988. Então, que terra demarcada, meu deputado Bira Corôa, e quilombolas vamos ter com as bancadas de interesses? Porque ali não existem partidos, há uma crise profunda. Quem constrói a ideologia neste país são os aparelhos de comunicação que estão a serviço dos grandes interesses. E a direita que foi, na sua institucionalidade, incapacitada de agir, veio para a base do governo, ficando uma pequena parte dela em partidos, mas que faz esse ataque profundo. É preciso que a justiça brasileira acelere e aí ninguém fala dos crimes

cometidos pelo presidente da Câmara, o Sr. Eduardo Cunha com dinheiro na Suíça, de onde veio esse dinheiro, aqui ninguém fala nada? Agrediram ontem o presidente Lula que veio da classe operária, que veio dos pobres deste país e é insuportável para essa burguesia ver ali um trabalhador ser presidente da República. E não só isso, hoje ele não tem caneta mas se transformou na maior liderança popular deste país e isso é insuportável, isso é um pecado imperdoável para a burguesia, esse lúmpen, burguesia que vive de renda. Temos que combater também esse ajuste fiscal perverso que atende interesses do capital e transfere todo o ônus de pagar como sempre foi nesse país para a classe trabalhadora e para o povo pobre deste país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Dando sequência a nossa sessão, ouviremos pelo tempo de 5 minutos a deputada Luiza Maia, logo em seguida o nosso querido, voz de ouro da rádio brasileira, Herzem Gusmão.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras taquígrafas, senhores da imprensa, nesse momento quero declarar meu apoio a esse debate, a essa luta pela volta da CPMF no Brasil. Sei que muita gente vai ficar estressada porque o nosso país tem uma carga tributária pesada, mas acho que as grandes fortunas, os milionários deste país não pagam os impostos que deveriam pagar.

Defendo a volta da CPMF como uma forma de sairmos também desse momento de dificuldade que o Brasil vive. Óbvio que teria que ter uma escala, acho que determinada faixa salarial, como não sou economista não posso dizer aqui agora, mas acho que determinados salários poderiam ser taxados, é importante, é fundamental que retorne esse imposto, o chamado imposto do cheque.

Lembro-me que em 2007, quando eles retiraram a CPMF naquela votação horrorosa no Congresso Nacional, o país deixou de arrecadar 40 bilhões de reais para a saúde. Ontem ouvi aqui o deputado Carlos Geilson fazendo um discurso inflamado contra a CPMF. Quero fazer esse debate e mostrar a importância não para o trabalhador que sabemos que não tem condição de pagar e já paga imposto demais. Mas para aqueles que precisam pagar mais impostos e que precisam ser taxadas as suas fortunas, isso ainda não acontece no Brasil.

Quero aqui me solidarizar com a fala do deputado Marcelino Galo. Essa história da PEC 215, a maioria dos membros desta Casa assinou o documento enviado ao presidente da Câmara Federal pedindo a ele que revisse essa posição. Acho realmente um absurdo, não tem condição, deputado, faço minhas as suas palavras, porque não dá para perder conquistas e transferir uma responsabilidade que está hoje no órgão do governo federal, no Poder Executivo para um Congresso que tem hoje uma feição, uma postura conservadora, reacionária, machista, racista como estamos acompanhando esse retrocesso na nossa Câmara maior, na Câmara Federal.

Quero deixar registrado também o meu apoio ao movimento dos índios, a essa

luta pelo fim da tentativa de fazer tal alteração na questão relacionada aos índios. Eles não brinquem! Os índios já ocuparam aquele Congresso e estão mobilizados e organizados para impedir a aprovação desta maldita PEC chamada 215.

Sr. Presidente, quero aqui fazer um apelo ao deputado Bira Corôa para que converse com o seu prefeito lá em Camaçari, porque a conversa que tivemos ontem com o superintendente da Receita Federal foi com expectativa boa em relação ao retorno da agência da RF no município. Há dois meses, o delegado do órgão na cidade, Dr. Gladistom, sem dar satisfação a ninguém, a fechou e transferiu-a para Lauro de Freitas numa sede nova, um prédio muito bonito próximo à casa dele, deixando o povo e os empresários camaçarienses indignados, estressados sem aceitar a decisão.

Ontem, a conversa com o Dr. Carlos Romeu - se não me engano, o sobrenome dele - foi boa. Ele disse que a Prefeitura concedendo quatro estagiários e um espaço de 30 metros quadrados, a agência da Receita Federal retornará imediatamente para Camaçari. Faço este apelo ao senhor, como já fiz a outras pessoas ligadas ao prefeito atual, para que nos ajude neste debate, porque o povo da Camaçari não aceita.

Lauro de Freitas é uma cidade menor do que Camaçari. Temos hoje quase 300 mil habitantes. Foi desrespeitosa a forma como eles fizeram, justificando, deputado Bira Corôa, que não acharam espaço para instalar a Receita Federal lá. Sabemos que essa não é a verdade. Os empresários e a sociedade camaçarienses estão mobilizados para que esse retorno seja imediatamente, porque não dá para você andar 25 quilômetros para ir e 25 pra voltar e ainda pagar dois pedágios para ser atendido na Receita Federal no município vizinho. Não tenho nada contra o de Lauro de Freitas, mas essa decisão foi arbitrária e desrespeitosa para com a nossa cidade.

Quero contar com o seu apoio, deputado Bira.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra, pelo tempo de até cinco minutos, ao nobre deputado Herzem Gusmão.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, servidores, hoje é o Dia do Servidor. Eu quero saudar todos os servidores da Bahia, aqueles que nos acompanham nas Galerias, você que está na TV Assembleia. E parabenizar um grande colega pelo seu aniversário, o deputado Leur Lomanto, que representa tão bem Jequié e tem a tradição e a história da sua família. Parabéns! E que Deus possa realizar os desejos do seu coração.

Ontem, acompanhei atentamente discursos de colegas parlamentares que manifestaram preocupação com o desejo, a proposta do Tribunal de Contas da União em reduzir o percurso da FIOI. A Ferrovia Integrada Oeste/Leste está sendo chamada a FIOI calça curta.

Eu gostaria de lembrar que na década de 50 o então deputado federal Vasco

Neto, já naquela época, teria concebido a ferrovia ligando Bom Jesus da Lapa, passando por Brumado, antes também por Caetité, depois Vitória da Conquista, Itapetinga, Itororó e chegava em Ilhéus. Este projeto é do parlamentar Vasco Neto, da década de 50. Tive acesso, o engenheiro do CREA me mostrou, tenho em arquivo.

Em 2002, no governo Paulo Souto, esse traçado permanecia, deputado Carlos Ubaldino. O mesmo traçado naquele ano nascia em Bom Jesus da Lapa, passava por Caetité, Brumado, Vitória da Conquista, ia até Itapetinga e, entre este município e o de Itororó, o desenho, o projeto parava. E tínhamos linhas pontilhadas porque os ambientalistas de Ilhéus questionavam a chegada dessa ferrovia no que hoje denominamos de Porto Sul. E naquela briga dos ambientalistas, enquanto eles brigavam, tiraram de Vitória da Conquista e mudaram o traçado da FIOEL, indo para Jequié. De parabéns Jequié, que teve competência! Na época Luiz Amaral, o senador César Borges. E em Conquista o prefeito não reclamou, os nossos deputados não reclamaram, mas a cidade perdeu!

Hoje estamos vendo as dificuldades. Se tivessem seguido, meu querido colega Meireles, o traçado original, teríamos essa ferrovia. Mas fizeram algo mirabolante, e apenas a locomotiva chegou em Conquista num outdoor. Como muitas obras do PT, muitas realizações do Partido dos Trabalhadores que estão congeladas nas placas de outdoor, não descem do outdoor!

E ontem, mais uma vez, a perversidade que fazem, deputado Joseildo, com a minha terra, Vitória da Conquista! A Bahiafarma seria retomada, com o discurso de Dr. Jorge Solla, a partir de uma indústria de medicamentos de Vitória da Conquista e com o curso de Enfermagem da UFBA, do campus avançado Anísio Teixeira. Resultado: a nossa indústria de medicamentos está pronta, e toda a estrutura abandonada! Haveremos nós, os deputados, de fazer uma visita na próxima quinta-feira. Abandonaram o que seria a Bahiafarma e trouxeram para a Região Metropolitana de Salvador.

É o que fazem com Vitória da Conquista, cidade que tem uma força e representatividade política em sintonia com os governos do Estado e federal. No entanto não tem voz. Diria que ela não tinha, porque estamos aqui defendendo os interesses da nossa região, o Sudoeste, pois havia um silêncio. O silêncio da omissão que estamos interrompendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra, pelo tempo de até cinco minutos, ao nobre deputado Joseildo Ramos, esta coluna que Deus levantou na cidade de Alagoinhas para fazer a sua história resplandecer no Estado da Bahia.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^a Deputada que reina única aqui entre nós, Luiza Maia, todos os que nos assistem, nos ouvem e nos veem pela *TV Assembleia*, subo a esta tribuna hoje para tratar de uma fala que me

chamou a atenção ontem, entre tantas que se sucederam aqui.

Falava o deputado da Oposição acerca dum desconhecido, tipo um zé ninguém, que logrou ser o atual governador do Estado da Bahia. “Desconhecido.” “Ninguém” conhecia. E hoje é governador! Mas o “desconhecido” teve a sua vida pública inaugurada num sindicato dos mais transformadores da política nordestina e baiana, o Sindiquímica, que pariu lideranças importantes, da estirpe da deputada Moema Gramacho, do deputado Rosemberg Pinto, do deputado federal e, depois, governador Jaques Wagner.

E Rui Costa, o ilustre desconhecido, é o nosso governador. Mas, antes, ele foi vereador; posteriormente, logrou ter sido eleito deputado federal; e, hoje, assumiu, repentinamente, o governo do Estado da Bahia. Foram uma trajetória de luta e uma passagem histórica necessárias para pavimentar a justificativa política e eleitoral da sua presença nos passos de mandatos parlamentares e de mandato no Executivo.

Por que me chamou atenção esta fala?

Porque, no Senado, hoje, há uma votação suspensa de algo que já voltou à discussão e que acontecerá no Congresso Nacional sobre o financiamento empresarial das campanhas eleitorais!

Aí está o gérmen do vício e do apartamento da representação do Parlamento brasileiro que caracteriza a sub-representação hoje. Alguns, que detêm mandatos, nascem, sim, de um anonimato diferenciado e de um anonimato que tem, como financiamento, o empresariado que lhe dá o mandato e, posteriormente, acompanhará as suas posições, normalmente distanciadas, do que esperam ou do que é a sociedade brasileira, a sociedade baiana e a sociedade dos municípios deste País!

Este descasamento está afastando o Parlamento brasileiro, em seus 3 níveis, dos reais interesses da nossa Nação ainda em construção.

Então que pena não ouvirmos mais, com tanta frequência, falar de mandatos obtidos através da luta sindical, através dos movimentos sociais e através da legitimidade da luta do povo brasileiro, principalmente se não tiver financiamento de campanha, porque a eleição virou um negócio de altíssimas somas, mas que afasta, em definitivo, o Parlamento do que representa, de fato, a sociedade brasileira.

Esta apartação coloca, claramente, para todos nós, que temos mandato, que este sistema político se exauriu e não mais terá condição de dar respostas satisfatórias para a sociedade brasileira.

Lembremos, enquanto houver tempo, Sr. Presidente, de que estamos em xeque, sim, porque a política nacional está na contramão dos anseios maiores da sociedade da nossa jovem democracia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra, por 5 minutos, ao deputado Hildécio Meireles, da nossa região do cacau.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente Carlos Ubaldino, Srs.

Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhoras e senhores presentes, quero, primeiro, parabenizar todos os servidores públicos da Bahia e do Brasil por esta data em que homenageamos todos aqueles que prestam o serviço público às nossas comunidades.

Eu tinha preparado, ontem, meu caro deputado Carlos Geilson, algo para falar sobre os gastos de pessoal do nosso governo do Estado. Mas fui estimulado a enveredar por um debate da política nacional, mais uma vez, aqui.

No entanto, não posso deixar de me ater aos comentários que precisamos fazer, meu caro deputado Herzem Gusmão, sobre o gasto com pessoal por parte do governo do Estado.

A propósito disso, o secretário da Fazenda do Estado da Bahia, hoje, em um veículo de comunicação, manifesta a sua preocupação com os gastos com pessoal, melhor, com esta conta, ao dizer que este ano de 2015, certamente, o Estado ultrapassará o limite prudencial que é de 46,5% da receita corrente líquida!

Na verdade, já em 2014, o governo do Estado beirou o limite prudencial quando gastou 46,38% e não os 45% apresentados em sua contabilidade! Na verdade, o Estado teve de usar de artifícios como postergar a despesa com pessoal para janeiro de 2015, a fim de não incorrer no crime de responsabilidade fiscal ao ultrapassar o limite prudencial.

Vejam o que mais nos assusta. Já no primeiro semestre deste ano, eu já chamava a atenção para este assunto, pois o estado de São Paulo, com 3 vezes mais da população da Bahia, tinha, apenas, àquela época, cerca de 14 mil nomeações em cargos comissionados. E o Estado da Bahia já tinha, àquela mesma época, 9.700 cargos.

Já estamos no segundo semestre!

Hoje, a Bahia não se deu por satisfeita ainda e já atingiu 11.700 nomeações em cargos comissionados!

Causa-me espécie o secretário da Fazenda manifestar esta preocupação agora. Em seu pronunciamento, melhor, na apresentação do segundo quadrimestre, verificamos que, no período de 8 meses, ou seja, de janeiro a agosto deste ano de 2015, o governo do Estado da Bahia gastou 22% a mais com pessoal em comparação ao mesmo período do ano passado. No entanto, o governo do Estado só concedeu 3,5% de aumentos nos vencimentos e nos salários dos servidores públicos. Então, há 16,5% a mais!

Isso configura, de toda a sorte, o empreguismo, qual seja, aquela ação para agradar os seus apaniguados políticos!

Meu caro deputado Herzem, veja que, em uma reforma administrativa, aprovada em dezembro de 2014 por esta Casa, o Estado extinguiu órgãos tradicionais da engrenagem do Poder Executivo como a EBDA e o Derba no intuito de economizar, sobretudo, com pessoal!

Não entendemos como esta conta pública estadual tem crescido desta forma!

E o governo do Estado continua insistindo na medida em que encaminha para

esta Casa um projeto de lei que autoriza continuar contratando pessoal através do sistema REDA, pois este facilita essas contratações de pessoal.

Portanto, tudo isso tem-nos causado preocupação com as contas do governo do Estado que já admite que poderá parcelar o pagamento de salário de funcionário durante este ano e, pior!, já admite que, no próximo ano, não dará correção nos vencimentos e nos salários do funcionalismo público.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Infelizmente, em relação a essas notícias negativas, nós as temos de dar ao funcionalismo público, exatamente, no dia 28 de outubro, pois esta é a data da comemoração do Dia do Funcionário Público!

Portanto, Sr. Presidente, queremos manifestar o nosso protesto e a nossa preocupação com a conta fiscal do governo do Estado que, em todos os sentidos, tem-nos dado muita preocupação não só na conta de pessoal, como em outras contas, pois vários foram os artifícios utilizados para se chegar ao superavit primário de R\$ 1,3 bilhão em 2014! Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra, por até 5 minutos, ao nosso nobre companheiro, amigo e deputado Tom Araújo da nossa querida região do sisal.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Presidente Carlos Ubaldino, deputados e deputadas presentes, vejo pessoas nas galerias, imprensa, telespectadores da *TV Assembleia*, o que me traz nesta tarde de quarta-feira a esta tribuna é a indignação de ser um brasileiro e ouvir o tempo inteiro nos jornais, blogs, TV, a crise que o país enfrenta nos dias de hoje. E não é somente crise financeira; é a crise moral, a crise ética.

Vemos que o partido que governa o Brasil hoje teve a oportunidade de aproveitar os melhores momentos da economia mundial, principalmente dos países emergentes – que cresceram de forma considerável nos últimos anos – já que existem épocas das vacas gordas e épocas das vacas magras. Quando as vacas estão gordas, têm de aproveitar o momento, pois quando a dificuldade vier, tem de haver recurso para enfrentá-la. Mas foi diferente. O governo teve o intuito de permanecer no poder, e o PT - nós sabemos disso e agora pudemos concluir - nunca teve um projeto político, a não ser um projeto de poder.

O que vemos é isso, o Brasil enfrentando crises terríveis. E o que o PT faz? Seus membros, aqueles que compõem o Partido dos Trabalhadores, culpam a imprensa. Dizem o tempo inteiro que a imprensa é comprada, que é uma indústria midiática, que são as elites que estão indo de encontro ao que o PT faz. Ora, está na hora de acordar, assumir as responsabilidades. Vemos uma presidente desmoralizada, que não tem condições nenhuma de governabilidade, o que preocupa ainda mais os brasileiros.

O PT, lá atrás, na época do mensalão, perdeu a classe média, que sempre foi a

classe que fez opinião para que o PT chegasse ao poder. Mas eles aproveitaram o pouco crescimento que o Brasil teve, recursos em caixa e pedaladas fiscais para pegar recursos da União e fazer política. Nas eleições de 2014, que não foram diferentes das eleições de 2010 e 2006, o PT, simplesmente, fez a manobra política. Na campanha eleitoral prometeu tudo a todos, concedeu muitos benefícios que, sabemos, foram possíveis por conta da economia herdada do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O PSDB errou muito, em alguns momentos, ao esconder a cara do Fernando Henrique, em achar que Fernando Henrique era vergonhoso para o país. O que é vergonhoso para o país é o que enfrentamos hoje, que vemos que foi praticado por um governo que cometeu estelionato eleitoral, enganou as pessoas, o tempo inteiro vendendo facilidades, dizendo que o Brasil ia muito bem. Em 2014 foi constatado pelo TCU, que, pela primeira vez na história do país, rejeitou as contas de um presidente da República.

É muito triste vermos a quantidade de pessoas que estão sem trabalhar. O desemprego é muito grande, a economia já afundou. O real hoje em uma valorização muito grande, o brasileiro está mais pobre do que antes, porque a nossa moeda foi desvalorizada. E fico aqui, deputados e deputadas, a me expor, como brasileiro, para, daqui desta tribuna, refletir sobre o sentimento que ouço nas ruas. A indignação da população, também é minha indignação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar a todos, saudar a imprensa, as galerias e dizer que hoje, dia 28 de outubro, é dia do servidor público. Deixo meus parabéns a todos os servidores públicos da Bahia, dos municípios e os federais. Este é o momento para lembrarmos a história do estado brasileiro. Porque foi dentro desse crescimento do Estado que os serviços públicos se multiplicaram e assim vieram as várias categorias de servidores.

Neste momento de crise e de dificuldades fiscais, é preciso que pensemos quais são os caminhos das instituições; das profissões; principalmente dos sindicatos que buscam mediações para garantir conquistas, mas, sobretudo a sustentabilidade do projeto.

É importante que pensemos nas diferenciações que ocorrem dentro do serviço público e, eu diria, a sobre presença de algumas categorias, como estamos vendo, nesse momento, o debate sobre o Judiciário brasileiro. Este é um momento de reflexão para que possamos ter anos com a permanência de conquistas e de avanços.

Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o governador Rui Costa, todos os deputados, a nossa presidenta da FIOL, Ivana Bastos, o presidente Marcelo Nilo, e as

Bancadas Federal e Estadual.

Ouvindo a reportagem do governador Rui Costa, percebi que foi mais boataria sobre a FIOL. Mas sei que a deputada Ivana Bastos fará um relatório, uma intervenção, prestando conta dessa importante obra. A imprensa muitas vezes exagera ao dar informações, às vezes, truncadas.

O mais importante é a determinação do governador Rui Costa em mostrar o equívoco do TCU ao querer se arvorar no papel de gestor público. O que ouvimos pela imprensa foi o TCU já querendo dizer o que dever ser feito, ou não, em termos de obras e ações do governo. Ora! Isso jamais seria admissível e tolerável por qualquer segmento político. Por isso, a reação suprapartidária.

Tenho certeza que todos os líderes dos partidos de Oposição concordam com esse encaminhamento do governador Rui Costa que, de pronto, fez valer os interesses da Bahia. Essa obra influenciará todo o sudoeste baiano. Portanto, haverá impacto também na cidade de Vitória da Conquista. Embora a ferrovia passe a 110 km da nossa querida cidade. Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de deixar um lembrete – oportunamente faremos esse debate – sobre a questão da Bahiafarma. A rigor, ao iniciarmos o projeto de um estabelecimento industrial farmacêutico em Vitória da Conquista, em 2004, foi numa linha do Ministério da Saúde que tinha apoio para a produção de medicamentos no Brasil inteiro. A Bahiafarma havia sido extinta pelo governo da Bahia e só depois da eleição de Jacques Wagner, em 2006, que pensamos em construir uma rede de estabelecimentos. Primeiro resgatando, reconstruindo a Bahiafarma, como Wagner fez e dando-lhe uma nova roupagem nos novos desafios. Vitória da Conquista, inicialmente, foi incluída nesse roteiro. Posteriormente, o Ministério da Saúde mudou suas linhas, infelizmente, essa é uma das características ruins do Estado brasileiro. Os órgãos mudam, às vezes, de programas e de diretrizes, sem a devida cautela, sem a devida maturação dos projetos.

Então, o que há hoje lá – muito provavelmente, pois só tenho acompanhado de longe, já que, como estou aqui na Assembleia, não sou mais gestor – é uma readequação entre o Ministério da Saúde, a prefeitura e o governo do Estado, para ver como inclui aquele equipamento. A sua parte de arquitetura e de construção civil foi concluída, mas ali faltavam ainda equipamentos, uma adaptação para se fazer jus a novos desafios.

Portanto, eu gostaria de deixar esses três registros, parabenizando o servidor público, o governador Rui Costa e corrigindo todas essas informações sobre a Via Farma. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Concedo a palavra ao deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Deputados, senhores da galeria, imprensa, povo baiano que nos ouve, a Bíblia é o

livro de todas as religiões. Diz o Salmo 100: “Celebrai com júbilo ao Senhor todos os moradores da terra. Servi ao Senhor com alegria e apresentai-vos diante dele com cânticos. Sabei que o Senhor é Deus, foi ele quem nos fez e dele somos. Somos o seu povo e rebanho do seu pasto. Entrai por suas portas com ações de graças e nos seus átrios com hinos de louvor.” Todos nós somos de Deus.

Querido presidente, uso esta tribuna com muita alegria para, depois de um estudo feito com a nossa assessoria, tratarmos do assunto dos exames laboratoriais, exames de imagem. Todo cidadão e cidadã, quando vai ao médico, lhe são cobrados exames. A Bahia, até o presente momento, não tem uma central, não tem um complexo de exames laboratórias. Eu acabei de pedir isso, demos entrada E está devidamente enumerado nesta Casa. Então, estou pedindo ao governador do Estado, Rui Costa, que vem gestando este Estado com maestria, com afinco, com sensibilidade, junto com o secretário de Saúde do nosso Estado, que inclusive tem feito a projeção dos consórcios de saúde que já foram aprovados nesta Casa. Depois do estudo, eu não poderia deixar de propor ao governo do Estado a criação, num local de bom acesso e fácil para as pessoas chegarem, de um complexo, de uma central de exames médicos – de imagem, laboratoriais, todos os exames que a medicina solicita dos seus pacientes–, para que, assim, possam ser levados para um único lugar.

Pedi a construção deste complexo, desta central de exames – os mais modernos possíveis –, para que a sociedade baiana, o povo de Salvador e da Região Metropolitana tenha um local centralizado, saiba onde é que chega e de lá só saia com o resultado de seu exame, depois de fazê-lo; que possa marcar horário para fazer o exame. Isso é uma coisa muito importante, afinal de contas o povo carente sofre, porque depois que sai da clínica médica não sabe onde vai fazer os diversos exames – são vários os tipos, cada médico tem uma postura. É importante que a Bahia tenha o primeiro complexo para atendimento de todos os exames que poderão ser buscados neste lugar.

Depois de pedir a construção deste equipamento, fiz uma sugestão no documento: nós temos vários prédios abandonados em Salvador e no Estado. Temos o Hotel Salvador, na Ondina, está lá vazio, e parece que por falta de pagamentos de impostos já foi tomado pelo fisco.

Então, sugiro ao Governo do Estado que, inclusive, aproveite aquele hotel de Ondina, que está num local acessível. Assim não haverá gastos com a construção, o Estado apenas comprará os equipamentos, as máquinas, os tomógrafos e colocará todos os equipamentos laboratoriais de imagem, de radiografias, todos os exames necessários e modernos em um único lugar.

Isso quer dizer que a Bahia, além de já vir dando exemplo de construção e preocupação com a saúde, vai também, nessa área de centralização dos mais diversos e modernos exames necessários, ser o primeiro Estado onde seu povo sabe onde ir demandar os seus exames e os seus resultados.

Muito obrigado. Espero que o governador Rui Costa acolha a nossa proposta – foi resultado de um estudo – e aproveite os prédios vazios, pois ficará mais barato

para o Estado a construção da Central e Complexo de Atendimento de Exames Laboratoriais e de Imagem.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Por permuta, deputado Pedro Tavares no lugar de José de Arimatéia.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Imprensa aqui presente, antes de iniciar o meu pronunciamento, quero parabenizar a todos os servidores públicos da Bahia.

Quero aqui, no dia de hoje, fazer um registro importante: após 20 anos, o Porto de Ilhéus inicia as operações para exportar o cacau. A previsão é que 6.000 toneladas comecem a ser embarcadas ainda hoje. Isso tem um significado importantíssimo. Primeiro, mostra a qualidade do nosso produto, das amêndoas produzidas aqui no Sul da Bahia e também mostra a autossuficiência do mercado, mostra também que temos produção autossuficiente. Isso também é importantíssima o que demonstra que a questão do drawback, hoje, não se justifica. Se temos produção, por que importar? Se temos produção suficiente para o nosso mercado.

Então, hoje é um dia importante, após 20 anos, o Porto do Malhado e o Porto de Ilhéus começam as suas operações para exportar cacau.

Quero também, no dia de hoje, destacar a atuação da Comissão de Agricultura, dos parlamentares engajados nesta causa da revitalização da lavoura cacaueira; a atuação do Movimento Somos Todos Cacau, que tem feito um grande trabalho de mobilização, um trabalho realmente preocupado em revitalizar a lavoura cacaueira e lutar por ela – essa lavoura tão importante, que já deu tantos frutos para o nosso Estado, para o nosso país, que já representou grande parte da economia do nosso Estado.

Então, quero registrar aqui o trabalho da Comissão, presidida pelo deputado Vitor Bonfim, e de todos os deputados engajados neste causa, através de reuniões neste Parlamento Estadual, reuniões com a Faeb, com a Frente Parlamentar em defesa da lavoura cacaueira do Congresso Nacional, com o seu presidente deputado Félix Mendonça.

Vamos continuar aqui, este Parlamento, a Comissão de Agricultura, a Frente Parlamentar em defesa da lavoura cacaueira que será criada aqui no Parlamento Estadual. Vamos continuar defendendo a lavoura cacaueira.

Gostaria de destacar alguns pontos importantes nesta defesa: o preço justo do cacau; as políticas da não importação; a questão do drawback, que não se justifica mais, porque temos produção suficiente hoje; a questão do incentivo à exportação, tão importante para a economia da região e da Bahia, a questão de você renegociar as dívidas dos produtores de cacau.

Não é admissível fazer agricultura sem ter condições de crédito. Foram dívidas contraídas através de uma nota técnica que se mostrou ineficaz, ou seja, deputado

Herzem Gusmão, o produtor, para pegar um empréstimo, tinha que se basear em uma nota técnica, que depois foi demonstrado que essa nota técnica era ineficaz. Então é importante a renegociação das dívidas dos cacauicultores, para que haja condições de crédito, com investimento nas propriedades, fomentando toda a economia da região.

Quantos empregos, diretos e indiretos, seriam fomentados e criados na região? Então, essa também é uma bandeira importante, como também a remodelação e fortalecimento da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira, a CEPLAC. A CEPLAC precisa, sim, de fortalecimento, precisa, sim, de uma atenção especial do governo federal. A CEPLAC tem grande parte do seu quadro em processo de aposentadoria e há muito tempo não há concurso público.

Então, fica aqui, mais uma vez, o meu compromisso de lutar por essa importante lavoura cacaueira, que já foi tão importante para a região, já representou muito para o nosso Estado e que hoje tem totais condições de voltar a ser a lavoura que foi no passado, uma lavoura pujante, com seu comércio, com sua economia. Enfim, uma lavoura que, realmente, engrandecia o nosso Estado e o nosso País.

Quero agradecer ao deputado José de Arimatéia por ter me cedido o seu espaço na tribuna.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente; Srs. Deputados; Imprensa; Canal Assembleia, que sempre tem mostrado o nosso trabalho para a Bahia e para o mundo; quero falar sobre duas coisas: primeiro, mais uma vez, não tivemos quórum na Comissão de Defesa do Consumidor. Já são quatro reuniões consecutivas em que não há quórum na Comissão. Já estive na ANELL em Brasília, fruto de uma reunião da Comissão de Defesa do Consumidor – daquela audiência pública que aconteceu e a ANEEL não pode estar presente. Convoquei os Srs. Deputados para que me acompanhassem até a ANEEL em Brasília. Lamentavelmente, não deu para os Srs. Deputados irem. Estive lá e participei da reunião com o diretor da ANEEL, Dr. Romeu. Foi uma reunião proveitosa, cujo relatório preciso passar para os Srs. Deputados que não foram.

Então, encaminharei para o presidente, deputado Marcelo Nilo. Já fiz um pronunciamento chamando a atenção dos Líderes do Governo e da Oposição, para que possam, juntamente com os Srs. Deputados que compõem essa Comissão, colocarem nas suas agendas esse compromisso que precisa ser mostrado para a população. Não podemos ficar engessados em uma comissão que vejo que é de muita importância para os direitos do consumidor.

Então, faço aqui esse meu pronunciamento, em primeiro lugar, chamando a atenção dos Srs. Deputados. Também oficializarei para o presidente Marcelo Nilo,

como o presidente da Comissão de Saúde fez ontem, encaminhou um ofício ao presidente, porque precisamos avançar. Existem muitas discussões a respeito do direito do consumidor e da defesa do consumidor.

Sr. Presidente, o outro comunicado é que amanhã, dia 29 de outubro, é o Dia Mundial de Combate ao AVC. Será marcada uma extensa agenda informativa e preventiva sobre a doença nesta Casa. Amanhã, como vice-presidente da Comissão de Saúde, estaremos aqui com várias autoridades, inclusive o nosso presidente Marcelo Nilo fará, juntamente com os demais deputados da Comissão, o lançamento estadual do Aplicativo AVC. O evento acontecerá simultaneamente em 26 Estados, nas assembleias legislativas com os presidentes das assembleias, lançando esse aplicativo.

Quando eu estava como presidente da Comissão de Saúde, tivemos várias audiências públicas com referência à questão do AVC, da anemia falciforme, da doação de órgãos... E o que temos observado, Sr. Presidente, é que essas campanhas só têm evidência no mês em que são comemoradas. Passou o mês, acabou a campanha, ninguém mais fala sobre o assunto, morre tudo. Então, o que foi que fiz? Apresentei a sugestão que fosse feito um adesivo para ser posto nas repartições públicas municipais, estaduais e também nas instituições privadas, referente a cada tema, inclusive o AVC.

Então, amanhã teremos o lançamento desse aplicativo pela Rede Brasil AVC, em todo Brasil, alertando que qualquer cidadão pode estar atento aos sintomas que denunciem o AVC e também mostrar, no momento em que ele estiver sentindo aqueles sintomas, como poderá ser socorrido: mostrará o hospital que o poderá atender, o órgão que pode ser acionado...

Então, Sr. Presidente, amanhã, às 9h30min da manhã teremos nesta Casa este momento importantíssimo do lançamento do aplicativo e da audiência pública.

Era isso que eu gostaria de falar e também pedir o apoio dos Srs. Deputados para que, mesmo que não seja da Comissão de Saúde, compareçam porque podem ajudar muitas vidas a não serem surpreendidas por esses sintomas que podem levar o cidadão a óbito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra a deputada Ivana Bastos pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a IVANA BASTOS:- Boa-tarde, Sr. Presidente e Srs. Deputados aqui presentes, Imprensa, eu não poderia deixar de relatar aqui hoje a nossa visita a Brasília: uma comitiva, representando o Estado da Bahia, esteve lá visitando o Tribunal de Contas da União. Como bem disse o governador Rui Costa, que ali não estava uma questão de governo, mas, sim, uma questão de Estado e representávamos todo o Estado da Bahia.

Estivemos com o presidente do TCU, ministro Harlido Cedraz; com o ministro Augusto Sherman, que é o relator da obra da Fiol; com o ministro Augusto Nardes

como também estiveram presentes o secretário da Casa Civil, Bruno Dauster; cerca de dez deputados federais de todos os partidos, de partido de Oposição, meu caro deputado Carlos Geilson, representando a Bahia; os senadores Otto Alencar e Lídice da Mata; o presidente do Fecomércio; o presidente da Fiep e o presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Nilo. Todos foram dizer que nós não aceitamos a mudança do traçado da Ferrovia Oeste-Leste, que é uma obra essencial para a Bahia e é uma obra da qual a Bahia não vai abrir mão de jeito nenhum.

Ouvimos do ministro Augusto Sherman, que é o relator, que houve um equívoco na interpretação do seu parecer e que em nenhum momento, palavras do ministro, ele tinha sugerido a paralisação da obra; em nenhum momento ele tinha sugerido a interrupção, a diminuição do trecho da ferrovia até Caetité, e, sim, tinha pedido um estudo de viabilidade, e nos garantiu que em nenhum momento o Tribunal de Contas teria o interesse de paralisar a obra da ferrovia.

E foi muito positiva essa visita dos deputados, para mostrar, deputada Neusa Cadore, que nós existimos e que não vamos abrir mão da Ferrovia Oeste-Leste, que não vamos abrir mão dessa obra.

Também aproveitamos e acompanhamos o governador Rui Costa, o secretário da Saúde do Estado da Bahia, Dr. Fábio Vilas-Boas, e o diretor da Bahiafarma, Dr. Ronaldo, ao Ministério da Saúde, onde nos encontramos com o ministro. O diretor da Bahiafarma levou ao Ministério da Saúde a sugestão para que a Bahiafarma pudesse produzir os medicamentos para os quais o governador havia assinado protocolos de intenção no exterior. Inclusive, a proposta foi aplaudida pelo ministro, que nos prometeu dar uma posição à Bahia.

E de lá saímos certos de uma coisa, que o Ministério da Saúde, por intermédio do SUS, deputado Herzem Gusmão, será o grande comprador da Bahiafarma.

Então, vemos que a Bahia, com toda dificuldade, está caminhando, está lutando, está buscando investimentos, buscando soluções.

Foram aplaudidas, também, pelo TCU as obras do Metrô de Salvador. Foi aplaudido o governador Rui Costa pela execução dessa obra com rapidez e pelo caráter sério do governo do Estado.

Então, fico muito feliz e muito tranquila, com a certeza de que a nossa FIOOL será uma realidade até Barreiras. É uma garantia assegurada, é um direito nosso que foi conquistado, e nós vamos continuar lutando para isso.

Na segunda-feira recebemos a notícia da publicação do Decreto de Utilidade Pública Federal, a DUP Federal, que era o penúltimo passo que faltava para a liberação da construção do Porto Sul. E acreditamos que dentro em breve, o mais rapidamente possível, receberemos do IBAMA o documento de supressão vegetal para, aí, sim, darmos início à construção do Porto Sul.

Então, o meu muito obrigada, e parabéns ao governador Rui Costa, parabéns aos deputados. Quem ganhou, mais uma vez, foi a Bahia.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, dentro dos meus 5 minutos para formular a questão de ordem, quero parabenizar a deputada Ivana Bastos pelo seu pronunciamento e pela luta em defesa dessa obra. Uma obra que todos nós baianos defendemos. Estamos pugnando para que a obra, realmente, siga o seu curso normal.

Ouvi atentamente e tenho prestado atenção aos discursos dos colegas petistas, especialmente aqueles que defendem a volta da CPMF. Esse imposto que o ex-presidente Luiz Inácio disse que era uma extorsão, um roubo! E, agora, fico surpreso quando vejo a deputada Luiza Maia sendo defensora da CPMF de carteirinha, defensora da volta desse imposto! E ela se desequilibra no seu pronunciamento quando diz que é uma forma de penalizar as grandes fortunas!

Pelo amor de Deus, na CPMF todos serão punidos, todos serão penalizados. O brasileiro não pode, é inaceitável isso, pagar pelos erros administrativos deste governo, pela incapacidade administrativa da Sr^a Dilma Rousseff! E nós temos que carregar mais esse ônus, mais esse imposto. Onde nós vamos parar?

E meu querido deputado Marcelino Galo, parabéns pelo seu pronunciamento, pelas críticas duras à política econômica deste governo. Realmente, é uma política econômica desastrosa.

Mas, Sr. Presidente, trago aqui uma preocupação, que é a questão das nossas estradas, as nossas BAs. Existe uma estrada que liga Coité a Serrinha que está em péssimo estado de conservação. Na semana passada, ocorreu nela um acidente em que pessoas da sociedade da Região do Sisal foram vítimas.

O mesmo acontece com a ligação Coité-Riachão do Jacuípe. O governo do Estado tem pecado muito em relação à conservação das estradas.

A eliminação do Derba, a sua extinção foi de uma brutalidade, de uma estupidez enorme, porque se desativou o órgão, mas não se colocou nada em seu lugar, não se criaram os mecanismos para continuar preservando e conservando as nossas estradas. E é isso que estamos vendo: a Bahia, hoje, derrete-se; as nossas BAs se estão derretendo, os buracos estão surgindo e o governo nada faz.

E, aqui, fica o meu registro, a minha insatisfação e a minha indignação contra isso. Dito isso, Sr. Presidente, feito esse balaio de considerações, essas observações que estamos fazendo, peço a V.Ex^a – que está muito bem nessa cadeira, um socialista presidindo as sessões da Alba –, querido deputado Marcelino Galo, que proceda a uma verificação de quórum.

Sei que ao olhar para este Plenário terá alguma dificuldade na contagem dos deputados. São muitos, mas talvez não sejam suficientes para a continuidade da sessão. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- A questão de ordem de V.Ex^a será

deferida.

Considerando a presença de apenas quatro deputados no Plenário, está encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.